

SUBSÍDIOS PARA FORTALECIMENTO DAS AÇÕES E ORGANIZAÇÃO DOS NÚCLEOS DE ASSISTENTES SOCIAIS (NAS)

COMISSÃO DE APOIO A GRUPOS ORGANIZADOS – COMAGO



FICHA TÉCNICA

Elaboração:

Leonardo David Rosa Reis
Viviane Arcanjo de Oliveira

Revisão:

Carla Alexandra Pereira
Leni Maria Silva
Marisaura dos Santos Cardoso

COMISSÃO DE APOIO A GRUPOS ORGANIZADOS – COMAGO

Coordenação Geral: Viviane Arcanjo de Oliveira

Coordenação da Comago nas Seccionais:

Juiz de Fora: Ana Luiza / Susana Maia
Uberlândia: Luana Braga / Gláucia de Almeida Ramos
Montes Claros: Rosilene Tavares / Denise Veloso Pinto

GESTÃO SEGUINDO NA LUTA - PELO FORTALECIMENTO DA CATEGORIA E EM DEFESA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO (2014-2017)

DIRETORIA SEDE:

Presidente: Leonardo David Rosa Reis
Vice-Presidente: Jefferson Pinto Batista
1ª Secretária: Viviane Arcanjo de Oliveira
2ª Secretária: Daniela Patrícia de Miranda Rezende
1º Tesoureiro: Maykel Marinho Calais de Araújo
2ª Tesoureira: Marisaura dos Santos Cardoso

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Débora Calais Oliveira Correa
1ª Vogal: Ana Maria Arreguy Mourão
2ª Vogal: Simone Gomes da Silva

SUPLENTE:

Janaína Andrade dos Santos
Ana Maria Gomes de Souza Bertelli

SECCIONAL JUIZ DE FORA

Coordenadora: Raquel Mota Dias Gaio
Tesoureira: Vanessa Sales Alves
Secretário: Geovane Martins Gonçalves
1ª Suplente: Jhony Oliveira Zigato
2ª Suplente: Susana Maia
3ª Suplente: Ana Luiza Avelar de Oliveira

SECCIONAL MONTES CLAROS

Coordenadora: Rosilene Aparecida Tavares
Tesoureira: Denise Veloso Pinto
Secretária: Viviane de Castro Afonso
1ª Suplente: Grace Aparecida Sarmento Rodrigues

SECCIONAL UBERLÂNDIA

Coordenadora: Ana Lúcia Martins Kamimura
Tesoureira: Valdirene Beatriz Cardoso
Secretária: Luana Braga
1ª Suplente: Gláucia de Almeida Ramos
2ª Suplente: Cleidislene Silva

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta-se como uma pequena contribuição da Comissão de Apoio a Grupos Organizados (Comago) para os/as participantes dos Núcleos de Assistentes Sociais de Minas Gerais (NAS), com vistas a fortalecer as atividades cotidianas, mas, principalmente, o planejamento das ações e atividades. Fruto de um acúmulo dos debates e reflexões realizados no processo de interlocução e acompanhamento dos Núcleos, diante das inúmeras questões que cotidianamente chegam para a Comago e as demais comissões do CRESS-MG e, que nos convidaram a construir estratégias institucionais e políticas para fortalecer os coletivos políticos dos/as assistentes sociais: os NAS.

Sabemos dos desafios diários que todos os processos de organização coletiva apresentam. Contudo, reconhecemos a potência e as possibilidades da organização da categoria de assistentes sociais em se articular para fortalecer os debates e as lutas coletivas da profissão e, mais do que isso, das lutas mais gerais da classe trabalhadora a qual pertencemos.

A articulação permanente com movimentos sociais, com outros sujeitos sociais e demais categorias profissionais podem contribuir muito com o fortalecimento das ações dos NAS e é justamente por apostar nesta perspectiva de organização que escrevemos estas linhas.

Este documento traz algumas das reflexões e posicionamentos políticos e teóricos acumulados pelo Conjunto CFESS-CRESS e, também, propostas de estratégias para que os NAS tenham subsídios para estruturar suas ações.

Dedicamos este material a todos e todas as profissionais que cotidianamente acreditam e se comprometem com a direção crítica e estratégica da nossa profissão, esperando que a nossa dimensão coletiva tenha cada vez mais vigor.

Gestão Seguindo na Luta - pelo fortalecimento da categoria e em defesa do projeto ético-político (2014-2017)

Estamos vivendo um momento particular na história da humanidade, que nos desafia a pensar estratégias coletivas para enfrentamento dos mais diferentes ataques aos direitos dos/as trabalhadores/as, por meio do avanço da ofensiva neoliberal, que aprofunda as desigualdades, revelando as crescentes contradições no processo de fortalecimento das lutas coletivas.

Dentro do Estado, a resposta neoliberal à questão social organiza-se por meio de ações que agravam a desigualdade estrutural, o desemprego e a precarização do trabalho, a elevação da violência em suas múltiplas formas e o fortalecimento do Estado Penal. A crescente degradação da vida humana é percebida no aumento da violência contra o povo pobre e o genocídio contra a população jovem e principalmente negra. Ganha força um projeto de sociedade que aponta a impossibilidade da existência humana dentro da diferença e da diversidade.

A ideologia hegemônica deste modelo de estado é marcada pela defesa do fracasso dos projetos emancipatórios. No caso das relações sociais, um estudo aprofundado das relações de poder, pode nos ajudar a entender a perspectiva neoliberal no campo ideológico e moral, na medida em que dissemina valores individualistas, competitivos, egoístas, alardeando a falsa ideia de que não existe alternativa em termos de projeto societário;

Diante da crise mundial nas esferas social e política, as possibilidades da efetivação de um projeto de emancipação humana podem encontrar viabilidade a partir da mobilização da classe trabalhadora, possibilitando-lhe maior capacidade organizativa e ampliando o seu grau de politização. Desse modo, situar o Serviço Social neste debate, requer primeiramente, o reconhecimento de que o seu projeto profissional se afirma e se fortalece quando esses trabalhadores (ou seria: quando as/os assistentes sociais) se organizam e realizam os enfrentamentos coletivamente, vinculando suas bandeiras às da classe trabalhadora.

Segundo, exige maior apropriação teórica por parte da categoria e ampliação do trabalho profissional, articulado com os movimentos sociais para potencializar seu espaço de atuação e de construção coletiva. Para que esse projeto seja conduzido com vistas à construção de uma nova

sociabilidade, é preciso reconhecer a dimensão teleológica do trabalho do/a assistente social determinada e balizada pelo seu projeto ético-político e materializada no exercício profissional. Este é um aspecto a ser apreendido no cotidiano e num contexto maior. Uma visão unilateral e fragmentada dessa conjuntura não contribui para uma leitura crítica e atenta da sua totalidade.

O processo de organização política dos/as assistentes sociais requer, portanto, criticidade e rigor analítico sobre as etapas de mudanças que ocorrem dentro e fora dos espaços sócio-ocupacionais, para que estes/as profissionais consigam observar atentamente os limites, os desafios que circunscrevem seu cotidiano e a sociedade. Por isso, a necessidade de mobilização e organização da categoria visando à formação de sua identidade de classe como parte da classe trabalhadora.

A luta contra o domínio do capital deve articular luta social e luta política num complexo indissociável, rompendo, assim, com a dicotomia introduzida pelo capital, entre ação econômica, realizada pelos sindicatos e ação político-parlamentar, realizada pelos partidos. Nesse sentido, o maior mérito dos movimentos sociais de esquerda é reinventar novas formas de atuação autônomas capazes de articular e dar centralidade às ações de classe.

É necessário e urgente um posicionamento radical e autônomo da classe trabalhadora em defesa dos direitos sociais, numa perspectiva emancipatória, e a formulação de uma agenda estratégica de lutas em prol da democracia. Este é o projeto que se coloca para nós, assistentes sociais, a fim de que possamos sair dos limites do aqui e agora, para construir novas possibilidades de atuação e de organização da categoria, assentada em princípios e valores emancipatórios.

Diversos movimentos e entidades têm se articulado com outros sujeitos coletivos para fortalecer as ações da classe trabalhadora na defesa dos direitos, não como um fim, mas como mediações estratégicas para transformação da sociedade. É a partir desta concepção que se desenvolve a direção hegemônica da organização política dos/as assistentes sociais brasileiros/as, em sintonia com a articulação latino-americana dos/as trabalhadores/as.

REFLEXÕES SOBRE AUTONOMIA POLÍTICA DOS NAS

Tempos de dizer

Que não são tempos de esperar

Tempos de dizer:

Não mais em nosso nome!

Se não pode se vestir com nossos sonhos

Não fale em nosso nome.

(Mauro Iasi - Dissidência ou a arte de dissidir; 2013)

Considerando a direção estratégica e crítica do Serviço Social Brasileiro, por meio das entidades representativas da Categoria CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, que ao longo dos anos, por meio de luta, resistência e atitude crítica, construiu um patrimônio político e buscou garantir a autonomia política de entidades, torna-se um imperativo ético e sociopolítico que os Núcleos de Assistentes Sociais, por meio da construção coletiva, considerem que a opção e a posição políticas passam por interesses que são comuns.

A inserção dos indivíduos no espaço social, na atualidade, vem ocorrendo de forma crescente, mas ainda é preciso avançar na participação política desses sujeitos, na formação de uma consciência coletiva e análise crítica dos determinantes e das contradições presentes na cena contemporânea, no campo das políticas, na economia, na cultura, buscando identificar os interesses que estão sendo representados, para reafirmação do compromisso político dos/as assistentes sociais com as lutas mais gerais da classe trabalhadora.

Lembremos que os grupos dominantes buscam fazer com que os pensamentos reinantes sejam cada vez mais abstratos, adquirindo cada vez mais uma forma universal, apresentando ideias como sendo as únicas verdadeiramente válidas para todas as pessoas.

Essa realidade requer uma profunda análise em busca de desvendar a multiplicidade de significados, evidenciando o conjunto dos antagonismos e contradições, apreendidos a partir de um ponto de vista crítico que pode levar a um caminho mais fecundo na luta coletiva.

Desde já, é importante lembrar que, embora as posições individuais sejam importantes para fortalecer a dimensão plural e democrática no processo de construção coletiva, entendemos que a direção política dos NAS precisa estar em sintonia com as bandeiras construídas pela coletividade, destacando a grande responsabilidade no preparo de militantes que consigam perceber seu importante lugar e papel na profissão e na sociedade.

Sendo assim, reafirma-se a dimensão coletiva das ações profissionais, tanto no âmbito da defesa dos

direitos ligados ao trabalho que partem de um único movimento assentado nas bandeiras hasteadas pelo Conjunto CFESS-CRESS, quanto de uma dimensão humano- genérica, que acompanha a leitura social e política que o Serviço Social apreendeu nestas últimas décadas, que partem da defesa de uma autonomia política, entendida como capacidade do sujeito para constituir acordos e tomar decisões, a partir de seus próprios processos e participações.

Isso posto, entende-se que o lócus fecundo capaz de gerar novas estratégias pode advir da genuína retomada de trabalhos de base junto ao coletivo de assistentes sociais que atuam nos mais diversos espaços ocupacionais. Nesta perspectiva, situam-se os Núcleos de Assistentes Sociais como interlocutores importantes das entidades representativas e da própria categoria pelo Estado de Minas Gerais. Articular e mobilizar para estes espaços são estratégias de fortalecimento político e aprimoramento intelectual da categoria.

É sob este prisma que a diretoria do CRESS-MG elaborou este material de apoio aos NAS. Um instrumento que delineia os caminhos metodológicos em duas linhas: a articulação e a mobilização. Procedimentos importantes para o fortalecimento da interlocução dos profissionais com as entidades representativas. Entende-se a articulação como uma conjugação de esforços mútuos, que imbuídos pelo mesmo princípio estabeleçam planejamento e metas. Um mecanismo de fortalecimento e envolvimento de profissionais.

Por outro lado, a mobilização social como um fenômeno sócio-histórico, sendo capaz de deflagrar processos, relações e interações socioprofissionais, relação entre sujeitos que, movidos por determinada causa, se reúnem, definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade. Mobilizar significa pensar um processo imbuído pela presença de indivíduos interlocutores que desempenham papéis, produzem e interpretam sentidos quanto por contextos nos quais se realizam trocas e estratégias coletivas são construídas.

Precisamos estimular a criação de espaços coletivos de participação, democratização das ações e socialização de informações, promovendo estudos, discussões, reflexões, e, assim, fortalecer o processo de interiorização das ações e debates do Serviço Social brasileiro, fortalecendo as entidades do Serviço social, de forma coerente com o seu posicionamento ético-político na afirmação da luta coletiva dentro de uma outra ordem societária.

Nesta direção, diversos caminhos tendem a favorecer a consolidação de um regime

verdadeiramente democrático, daí a importância de fortalecermos os NAS nos seguintes eixos:

Participação: que nasce da articulação e mobilização. Fenômeno que tem sido um desafio para as mais renomadas instituições e categorias. Esta deve ser desencadeada por meio de ações planejadas condizentes com as realidades e as demandas das regiões em que atuam os/as assistentes sociais ou, como acontece, por setores que atuam os/as assistentes sociais.

Luta coletiva: essência trazida das últimas três décadas de amadurecimento intelectual da profissão. A revitalização contínua do conhecimento corrobora para o entendimento das amarras a que estão expostos/as os/as profissionais. E parte do entendimento que as situações ao qual se expõem no cotidiano da atuação devem alimentar e fomentar a luta pela defesa dos direitos do trabalho e a dignidade.

Fortalecimento da profissão: objeto central de toda a empreitada deste instrumento. Nasce deliberativamente da capacidade de adesão de cada profissional ao chamamento urgido do Projeto Ético-Político (PEP), diante do contexto de aviltamento e desregulamentação dos direitos ligados ao trabalho.

Ora, autonomia política é entendida como capacidade do sujeito para constituir acordos e tomar decisões, a partir de seus próprios processos e participações. Assim sendo, é necessária a existência de instituições que zelem por essa autonomia política, para que cada indivíduo se constitua como cidadão/ã capaz de intervir socialmente. Por isso mesmo a mobilização constitui-se através de uma permanente formulação estratégica que amplie e fortaleça a luta coletiva e emancipatória. Nesta direção, diversos caminhos tendem a favorecer a consolidação de um regime verdadeiramente democrático, daí a importância de fortalecermos nos NAS os seguintes eixos:

MANTER UMA GESTÃO HORIZONTAL

LUTAR PELA AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DOS NAS

ZELAR E LUTAR PELA IMAGEM DA PROFISSÃO

TER INTERESSES COMUNS

MANTER UMA DIREÇÃO CRÍTICA

PRESERVAR E FORTALECER UMA DIMENSÃO COLETIVA

CONVERGÊNCIA DE INTERESSES

Interações em que se compartilhem tanto as diferentes visões sobre a realidade (identificando as situações que afetam os sujeitos) como também as variadas possibilidades de ação (como formas de solução).

As percepções particulares precisam ser revistas e reformuladas com base nos pontos de vista dos outros com os quais são partilhadas (Identidade coletiva).

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CATEGORIA DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS

O CONJUNTO CFESS-CRESS

A categoria profissional fez a opção por um projeto de transformação da sociedade, comprometido com valores e princípios que apontam para a autonomia, a emancipação, a defesa de liberdade, a socialização da política e da riqueza socialmente produzida e o pleno desenvolvimento de seus usuários.

Nas últimas décadas, marcadas pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e pela consolidação das liberdades políticas no Brasil, o Serviço Social experimentou um profundo processo de renovação no qual se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se e diferenciou-se. Na entrada dos anos 1990, apresentou-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

Entre as conquistas teóricas e ganhos práticos, no plano da reflexão e da normatização ética, está o Código de Ética Profissional de 1993. Com grande referência no Código de Ética de 1986, fundado na negação da base filosófica tradicional nitidamente conservadora, que norteava a "ética da neutralidade", a versão atual é a afirmação de um/a profissional comprometido/a com os valores democráticos e com a justiça social.

DELIBERAÇÕES DO CONJUNTO CFESS-CRESS

As deliberações do Conjunto CFESS-CRESS se configuram como instrumento político, fruto da organização e construção coletiva e são subordinadas às decisões do Encontro Nacional CFESS-CRESS, que se constitui no fórum máximo de deliberação da profissão. Este se reúne anualmente com a participação do CFESS e de todos os Conselhos Regionais, incluindo também a base da categoria.

As deliberações são organizadas por eixos:

- 1 - Administrativo-Financeiro
- 2 - Formação Profissional
- 3- Comunicação
- 4- Ética e Direitos Humanos
- 5 - Seguridade Social
- 6 - Relações Internacionais

O CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS)

O Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - CRESS 6ª Região é uma autarquia federal que fiscaliza, orienta, disciplina e defende o exercício profissional do assistente social em Minas Gerais. Instituído pela Lei 3.252/57, que regulamenta a profissão de assistente social, e pelo Decreto nº 994/62, hoje alterados para Lei 8.662/93, o Conselho é uma exigência constitucional para todas as atividades profissionais regulamentadas por lei. Por ser uma entidade de direito público, o CRESS-MG tem suas contas apreciadas anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Com personalidade jurídica de natureza pública, o CRESS 6ª Região é vinculado ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e possui autonomia administrativa e financeira. Seu objetivo é garantir a qualidade da prestação dos serviços profissionais, preservando os direitos da população atendida e as prerrogativas da profissão. Diferentemente de conselhos que restringem suas competências a ações cartoriais, o Conjunto CFESS-CRESS preserva sua autonomia política em defesa das políticas sociais para uma sociedade mais justa, democrática e pela emancipação do indivíduo, cumprindo assim os compromissos e a direção social expressa no seu projeto ético-político.

O CRESS-MG atua em conjunto com as entidades organizativas da categoria (ABEPSS, Conjunto CFESS-CRESS e ENESSO) de forma articulada às lutas da classe trabalhadora, em defesa da ampliação e universalização dos direitos e das políticas públicas, da socialização da política, do fortalecimento dos movimentos sociais e da participação em espaços estratégicos de democracia participativa, na perspectiva de contribuir para o fortalecimento de uma cultura política com direção emancipatória e respeito à diversidade. Cumprindo, assim, com os compromissos e a direção social expressos no projeto ético-político do Serviço Social.

A diretoria do CRESS-MG é composta de dezoito assistentes sociais, sendo nove membros efetivos e nove suplentes. Esses assistentes sociais são devidamente habilitados/as – inscritos/as no CRESS-MG, adimplentes e não estão respondendo a processo ético, tendo sido eleitos por um período de três anos, através do voto direto de assistentes sociais registrados/as na região.

A Diretoria do CRESS, composta pelos/as conselheiros/as eleitos/as, não recebe remuneração para exercer o mandato, pois, conforme a Resolução do CFESS nº 469/2005 – de 13 de maio de 2005 que Regulamenta o Estatuto do Conjunto CFESS-CRESS, a Diretoria dos CRESS e do CFESS não recebem remuneração por exercerem mandato em caráter honorífico, considerado serviço público relevante, sem direito a remuneração.

O CRESS 6ª REGIÃO TEM AS SEGUINTE FUNÇÕES:

Executiva - a diretoria implementa as ações direcionadas à categoria e à sociedade e administra o patrimônio;

Legislativa - elabora normas relativas ao âmbito da administração interna, emite resoluções referentes ao exercício profissional e fiscaliza o exercício profissional;

Judiciária - funciona como Tribunal Regional de Ética Profissional, processando, julgando e aplicando sanções quando as normas e princípios éticos da profissão forem violados.

A estrutura do CRESS é composta por:

Assembleia Geral - realizada ordinariamente duas vezes ao ano, é a instância máxima de deliberação da categoria em Minas Gerais, em que têm direito a voz e voto todos/as os/as assistentes sociais em situação regular com o CRESS 6ª Região;

Conselho Pleno - realizado mensalmente, é o órgão deliberativo de atos oficiais, composto pela diretoria. A ele compete, entre outras funções, deliberar pela política de atuação do Conselho e na instauração e julgamento de processos ético-disciplinares, em primeira instância.

O Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, CRESS-MG, tem como missão fiscalizar, orientar, disciplinar e defender o exercício profissional de assistentes sociais no estado Minas Gerais, visando à qualidade da formação e da prestação dos serviços profissionais, preservando os direitos da população atendida e as prerrogativas da profissão.

Diretoria executiva - Formada por diretores/as que têm o papel de operacionalizar as decisões emanadas pelo Conselho Pleno.

AS COMISSÕES DO CRESS

De acordo com o art. 39 do Regimento Interno do CRESS, as comissões foram criadas para agilizar as decisões do CRESS, por meio do Conselho Pleno. As comissões são organizadas em "Regimentais e Políticas". As Comissões Regimentais são vitais para o bom funcionamento das ações autárquicas do CRESS:

Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (Cofi)

Comissão Permanente de Ética

Comissão de Comunicação

Comissão de Inscrição

Comissões de Instrução

Comissão Administrativa

Comissão de Combate à Inadimplência

Comissão de Patrimônio e incineração

Comissão de Licitação

As comissões políticas visam o fortalecimento das bandeiras e lutas políticas do CRESS em articulação com as lutas sociais da classe trabalhadora e com a categoria profissional. Atualmente, temos, as seguintes comissões no CRESS-MG:

Comissão de Serviço Social na Educação

Comissão de Seguridade Social*

Comissão de Saúde e Serviço Social

Comissão Estadual das 30 horas

Comissão de Serviço Social e Política de Assistência Social

Comago e Núcleos de Assistentes Sociais

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Comissão de Trabalho e Formação Profissional

Comissão de Direitos Humanos

Comissão de Meio Ambiente e Coleta Seletiva

A COMAGO

A Comissão de Apoio a Grupos Organizados (Comago) tem o papel de apoiar a iniciativa de profissionais interessados/as em se organizar e busca estabelecer interlocução entre a categoria e seu Conselho. É, ainda, responsável pelo acompanhamento e suporte aos Núcleos de Assistentes Sociais (NAS) em todo o estado.

A Comago tem como principal objetivo fortalecer os espaços de articulação da categoria para aprimorar o seu diálogo e sua organização política através dos NAS, considerando a diversidade regional e temática.

OS NÚCLEOS DE ASSISTENTES SOCIAIS (NAS)

Visando desenvolver processos de interiorização das ações políticas do Conselho, o CRESS-MG conta com os NAS, constituindo como canais sistemáticos e impulsionadores de maior articulação com a categoria profissional. Diante do contexto de expansão de políticas sociais nos municípios e do crescente quadro de precarização das condições e relações de trabalho, de focalização, dilapidação e tecnicismo das políticas sociais, os NAS se constituem como espaços de articulação e organização de assistentes sociais de base e que cumprem o papel de interiorização, descentralização e democratização da gestão técnico-política do CRESS-MG.

Em sua natureza política, os NAS têm como finalidade serem espaços de valorização do Serviço Social, de articulação e integração da categoria na defesa do projeto ético-político profissional, bem como ser um instrumento de divulgação das ações das Entidades da Categoria (CFESS/CRESS/ABEPSS).

Os NAS cumprem o papel de colaborar e manter a interlocução com as ações do CRESS-MG, visando defender a qualidade dos serviços profissionais prestados à sociedade e a troca e circulação das informações. São espaços de articulação e fortalecimento da categoria em nível local e regional, portanto, têm o objetivo de responder a uma demanda de interiorização dos debates e ações coletivas da categoria profissional. Estes Núcleos configuram-se, também, como um momento de discussão dos desafios colocados pelos/as profissionais no seu cotidiano de trabalho dentro dos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Para além de fortalecer a categoria, os NAS também cumprem um papel importante de interlocução com outras categorias profissionais, com movimentos sociais para construção de estratégias conjuntas de fortalecimento de outras bandeiras. Por isso a necessidade de desenvolver a atitude crítica, propositiva e proativa nesses/as profissionais, sintonizada com a agenda de lutas do Conjunto CFESS-CRESS e dos diversos segmentos da sociedade.

Os NAS têm como objetivos:

Constituir espaços de discussão para defender e valorizar o Serviço Social;

Fortalecer a categoria e contribuir na instrumentalização dos/as profissionais para o exercício da profissão;

Divulgar, zelar e debater sobre o Código de Ética Profissional e da Lei 8.662/1993, que regulamenta a profissão;

Promover debates sobre assuntos ligados ao

Serviço Social e de interesse da categoria.

A perspectiva que direciona as ações e frentes de trabalho dos NAS precisam ser pautadas por um ambiente de construção coletiva, tendo como eixo central os interesses da categoria e das lutas coletivas da classe trabalhadora.

SUBSÍDIOS PARA PENSAR ALGUMAS DIMENSÕES QUE DEVEM ORIENTAR OS NAS



ELEMENTOS PARA PENSARMOS A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA

O ser humano é capaz de agir com consciência e liberdade, criando alternativas de valor, escolhendo entre essas alternativas e adicionando esses valores em suas finalidades. Deste modo, os Princípios do nosso Código de Ética, em destaque: LIBERDADE como núcleo central; autonomia; emancipação e expansão plenas dos indivíduos sociais e de seus direitos vinculados a um projeto de sociedade, devem sustentar a práxis profissional. Quando nos posicionamos a favor da equidade, da justiça social, consolidação da cidadania, participação política, nos remetemos à dimensão política da profissão, em que se concentram as expressões e manifestações coletivas da categoria.

Já a dimensão jurídico-formal da profissão se concentra nas normativas e documentos que orientam e disciplinam a formação e o exercício profissional de assistentes sociais, com destaque para Lei 8662/93; Resolução CFESS 273/93 (Código de Ética Profissional); as demais Resoluções do CFESS e as Diretrizes curriculares para a formação profissional em Serviço Social (ABEPSS e MEC). Estes instrumentos foram elaborados por meio de amplo debate da categoria e possuem uma intencionalidade e uma direção crítica.

Na sua atuação política, destacamos a importância da dimensão de articulação dos NAS. Desse modo, indicamos algumas estratégias para fortalecer este aspecto. Veja:

ARTICULAR COM SINDICATOS POR RAMO DE ATUAÇÃO

ARTICULAR COM AS DEMAIS PROFISSÕES

OLHAR CRÍTICO SOBRE MOBILIZAÇÕES SEMELHANTES

SOLICITAR INSERÇÃO DE PAUTAS DAS LUTAS DOS ASSISTENTES SOCIAIS NAS MÍDIAS LOCAIS E REGIONAIS

ARTICULAR COM AS UFA'S PARA PROMOVER RODAS DE CONVERSA SOBRE A PROFISSÃO E CONSTRUIR POSSIBILIDADES DE GRUPOS DE ESTUDO OU REALIZAÇÃO DE CURSOS DE ATUALIZAÇÃO

ELEMENTOS PARA PENSARMOS A DIMENSÃO PEDAGÓGICO-FORMATIVA

Pensando no compromisso da profissão com o aprimoramento intelectual, o fortalecimento permanente da formação e do exercício profissional, precisamos sempre fazer um esforço de ultrapassagem do conservadorismo teórico metodológico e da ética da neutralidade, para a possibilidade de avançarmos cada vez mais em um perfil profissional capaz de produzir conhecimento crítico sobre o real, sobre o seu trabalho, com planejamento e intervenção na realidade, construindo alternativas que permitam a passagem da possibilidade à efetividade; portanto, construindo condições de escolher, também, os meios, os procedimentos e os instrumentos adequados à efetividade do ideal e do possível.

Portanto, apostamos na construção de formação como importante instrumento para a construção e qualificação de ações cotidianas no exercício da profissão e, principalmente, como uma das ferramentas que possibilita o fortalecimento do nosso projeto profissional, bem como, fortalecer um dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social, no que se refere ao “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

Nesses termos, pensar a educação permanente no Serviço Social pressupõe afirmar o projeto profissional articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociedadeiras que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Nessa direção apresentamos aos NAS uma proposta metodológica para contribuir com a organização de espaços de formação.

PROPOSTA METODOLÓGICA DE ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES

Sugerimos que sejam utilizadas metodologias que possibilitem/ estimulem a participação, acumulando experiências e socializando conhecimentos. É sempre importante realizar reuniões periódicas e contar com parceiros para aprimoramento permanente do trabalho, bem como manter encontros presenciais como espaço permanente de interlocução entre os participantes.

Para direcionar o trabalho dos NAS, deve-se considerar a apreensão dos conceitos fundantes e do conhecimento de experiências do cotidiano profissional, considerando os desafios que se colocam no cotidiano do trabalho profissional, exigindo cada vez mais conhecimento crítico da realidade. Este movimento de reflexão e ação contribui para amadurecimento teórico-prático da profissão e para ampliar o seu patrimônio intelectual e político.

As atividades de qualificação e formação permanente dos/as assistentes sociais devem ser pauta prioritária na agenda dos NAS, e as modalidades sugeridas visam propiciar espaços de reflexão, formulação de conteúdos e temas em sintonia com a produção crítica do Serviço Social brasileiro. Entendemos que as modalidades de formação possibilitam melhor planejamento, organização, desenvolvimento e principalmente diversidade de atividades que podem ser realizadas pelos NAS.

RODAS DE CONVERSA

Objetivo: Permitir aos/às participantes a expressão e troca de saberes, impressões, conceitos, opiniões e concepções sobre determinado tema, assim como trabalhar reflexivamente as manifestações apresentadas pelo grupo.

Quantidade de participantes: Não se aplica

Periodicidade: Mensal

Carga horária: 4 horas

Quem executa: Gestão do NAS ou convidados/as

PALESTRAS

Objetivo: Expor, de forma sucinta e objetiva, um conteúdo sobre determinado tema e oferecendo oportunidade de promover debates ampliados sobre as questões propostas.

Quantidade de participantes: Máximo 100

Periodicidade: Trimestral

Carga horária: 4 horas

Quem executa: Membros dos NAS e/ou Convidados/as

OFICINAS

Objetivo: Trazer conhecimentos importantes sobre temas específicos de forma inter-relacionada e contextualizada, envolvendo os/as participantes em um processo ativo na construção de seu próprio conhecimento.

Quantidade de participantes: Máximo 30

Periodicidade: Quadrimestral

Carga horária: 3 horas

Quem executa: Gestão do NAS ou convidados/as

CONTRIBUIÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA ORGANIZAR OS PROCESSOS DE TRABALHO

O registro e a sistematização das informações são ações indispensáveis para organizar, analisar e reavaliar as frentes de trabalho dos NAS. Desse modo, o processo de organização permite uma análise mais qualificada das atividades que serão desenvolvidas e, de alguma forma, contribui para encontrar novas possibilidades de ação. Nesta direção, apresentamos abaixo, subsídio para que os NAS qualifiquem suas frentes e processos de trabalho.

O registro e a sistematização das informações são ações indispensáveis para organizar, analisar e reavaliar as frentes de trabalho dos NAS. Desse modo, o processo de organização permite uma análise mais

qualificada das atividades que serão desenvolvidas e, de alguma forma, contribui para encontrar novas possibilidades de ação. Nesta direção, apresentamos abaixo, subsídio para que os NAS qualifiquem suas frentes e processos de trabalho.



Planejamento - Constitui ferramenta que visa administrar os acontecimentos futuros, com vistas ao alcance de objetivos determinados. São atos do planejamento: análise da situação atual, decisão pelas ações a serem executadas, deliberação dos recursos necessários, entre outros;

Organização - Consiste na disposição, de forma estruturada, dos recursos necessários ao cumprimento de uma ação, facilitando a realização dos seus objetivos. São atos da organização: especificar as responsabilidades por tipo de atividade resguardar tempo e espaço físico para execução de atividades essenciais ao trabalho, entre outros;

Execução - Consiste no desenvolvimento das ações planejadas de modo que o alcance dos objetivos propostos seja de forma mais eficiente e eficaz.

Sistematização - Processo de registro das experiências e ações para ordenar a informação, com o objetivo de analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo para formular conclusões e corrigir os percursos do trabalho, quando necessário.

Avaliação - A avaliação consiste no levantamento de dados e informações, com temporalidade definida (mês, semestre ou ano) por meio de pesquisas e estudos, com a finalidade de analisar os aspectos de eficiência, resultados, impactos em relação ao objetivo inicialmente traçado, de forma a dar subsídio para o planejamento e/ou programação e tomadas de decisões para o aperfeiçoamento das ações.

CONJUNTO DE AÇÕES QUE PODEM SER DESENVOLVIDAS PARA MELHORAR A ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO DOS NAS

Propostas:

- Realizar um planejamento semestral de atividades;
- Sempre garantir metodologias participativas para levantamento de problemas e possível soluções;

- Levantamento de informações, tendo um mapa do momento atual da profissão e dos profissionais;
 - Manter uma agenda fixa de reuniões alternadas com agendas de atividades gerais;
 - Mobilização planejada (Plano e mapa de estratégias);
 - Demandar do CRESS na organização e apoio das atividades, sempre que necessário;
 - Convidar os profissionais para falar de seu exercício profissional;
 - Promover debates a partir das necessidades e demandas dos/as profissionais;
 - Discutir os desafios e traçar prioridades de ação;
 - Garantir estudos de textos, da lei que regulamenta a profissão, do código de ética, das resoluções do CFESS e de legislações sociais;
 - Organizar as ações por frente de trabalho e definir mais de um/a responsável pelas tarefas;
 - Discutir temas relevantes para o coletivo (condições de trabalho, ações coletivas, 30 horas, etc.);
 - Conhecer as habilidades de cada membro do grupo;
- Sempre fazer a relatoria e sistematização das informações levantadas para a devolução dos resultados;
- Definir locais estratégicos para reunir;
 - Ter informações mínimas dos/as profissionais para mobilização;
 - Acompanhar de forma permanente e sistemática o debate do Serviço Social brasileiro;
 - Acompanhar diariamente o site e o Facebook do CRESS, do CFESS e da ABEPSS;
 - Fazer o registro, sistematização e divulgar o conteúdo das discussões e encaminhamentos das reuniões e eventos por meio das mídias do NAS e, também, do CRESS;
 - Alimentar com periodicidade e regularidade os veículos de comunicação do NAS;
 - Manter diálogo permanente com os/as profissionais por meio das mídias sociais.

É sempre importante planejar todas as ações. Para tanto, não podemos deixar de relacionar o que será necessário para realização das modalidades de formação. O quadro abaixo pode contribuir.

RECURSOS NECESSÁRIOS			
MATERIAIS	FÍSICOS	HUMANOS	OUTROS

CONTRIBUIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DOS NAS

Este eixo consiste em refletir e construir ações tendo como um dos princípios a democratização da comunicação e é responsável pela ampliação do acesso à informação qualificada sobre as causas e lutas da categoria, dando visibilidade à profissão e dialogando com os movimentos sociais e com entidades ligadas aos/as trabalhadores/as organizados/as, direcionando-se pelas diretrizes da Política Nacional de Comunicação (PNC) do Conjunto CFESS-CRESS.

A PNC se trata de mais um instrumento político destinado a fortalecer e potencializar a produção e a socialização de informação entre os CRESS e o CFESS e destes com a categoria e a sociedade, na direção de reafirmar o projeto ético-político profissional.

Observando o posicionamento político e a concepção do Conjunto CFESS-CRESS sobre a comunicação, destacamos que a PNC cumpre o duplo papel de oferecer referências teóricas e políticas para a análise deste campo na atualidade e de favorecer as condições de organização da categoria, bem como de defesa dos princípios éticos e políticos que orientam a atuação profissional da categoria assistentes sociais no Brasil;

O Conjunto CFESS-CRESS defende por princípios:

- A comunicação como bem público, em contraposição ao monopólio e à mercantilização existente no Brasil;
- A comunicação como direito humano, devendo constituir-se como espaço de denúncia a toda forma de opressão, violação e desrespeito aos direitos humanos;
- O reconhecimento da dimensão política da comunicação, devendo esta ser utilizada em seu caráter de socialização da informação, denúncia e resistência;
- A utilização da comunicação para o fortalecimento dos movimentos sociais e da classe trabalhadora na perspectiva crítica e emancipatória;
- A utilização da comunicação para contribuir na denúncia, dando visibilidade às expressões da “questão social” em âmbito nacional e local;
- A utilização da comunicação como instrumento de fortalecimento do projeto ético-político profissional;
- A utilização da comunicação como instrumento de sustentação e defesa dos posicionamentos do Conjunto CFESS-CRESS;
- Produção de informações qualificadas, de modo a fazer com que os conhecimentos produzidos e acumulados possam circular convenientemente entre os diversos atores e de modo a instruir a ação. Considerando informação qualificada aquela que informa e orienta de modo prático, que permite aos sujeitos saber o que fazer e como se posicionar no coletivo.

DESTACAMOS ALGUMAS PROPOSTAS PARA FORTALECER A COMUNICAÇÃO DOS NAS:

INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Para além da importância de utilizar mídias para comunicar com os/as profissionais e acumular informações sobre a profissão e suas lutas, tais como Facebook, Twitter, Blogs, WhatsApp e e-mail, podemos utilizar alguns materiais, que podem ser elaborados com poucos recursos, ou até mesmo, quando enviados pelo CRESS, socializados com o restante da categoria, fortalecendo, assim, as lutas e o aprimoramento intelectual. Destacamos alguns materiais.



ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

Visando garantir um intenso intercâmbio de informações, possibilitando uma produção contínua e conjunta de conhecimentos, destacamos algumas estratégias de comunicação:

- Aprimorar e criar novos espaços e mecanismos de comunicação e interlocução com a categoria profissional, como boletins e fóruns virtuais, com o objetivo de ampliar a troca de informações e o debate político dos/as profissionais sobre assuntos relevantes que fortaleçam o nosso projeto ético-político;
- Estabelecer maior diálogo com a sociedade para divulgação e fortalecimento da categoria e, além disso, ampliar a divulgação de materiais da profissão que contemple informações relativas ao exercício profissional, suas instâncias deliberativas e de participação e temas em debate na categoria;
- Disponibilizar em espaços estratégicos (Facebook, Blog, WhatsApp e e-mail) experiências profissionais exitosas, as sistematizações das discussões, reflexões e encaminhamentos realizados nas reuniões e grupos de trabalho, das agendas políticas e eventos das entidades da categoria, com vistas a democratizar o acesso à informação das ações.

CONSIDERAÇÕES

Esperamos que este documento contribua com as ações e com a direção dos Núcleos de Assistentes Sociais de Minas Gerais que, em suas mais diferentes frentes de trabalho, objetivam sempre a defesa e fortalecimento da profissão em níveis local e regional.

MÃOS DADAS

NÃO SEREI O POETA DE UM MUNDO CADUCO.
TAMBÉM NÃO CANTAREI O MUNDO FUTURO.
ESTOU PRESO À VIDA E OLHO MEUS COMPANHEIROS.
ESTÃO TACITURNOS MAS NUTREM GRANDES ESPERANÇAS.
ENTRE ELES, CONSIDERO A ENORME REALIDADE.
O PRESENTE É TÃO GRANDE, NÃO NOS AFASTEMOS.
NÃO NOS AFASTEMOS MUITO, VAMOS DE MÃOS DADAS.

NÃO SEREI O CANTOR DE UMA MULHER, DE UMA HISTÓRIA,
NÃO DIREI OS SUSPIROS AO ANOITECER, A PAISAGEM VISTA DA JANELA,
NÃO DISTRIBUIREI ENTORPECENTES OU CARTAS DE SUICIDA,
NÃO FUGIREI PARA AS ILHAS NEM SEREI RAPTADO POR SERAFINS.
O TEMPO É A MINHA MATÉRIA, O TEMPO PRESENTE, OS HOMENS PRESENTES,
A VIDA PRESENTE.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.*

_____. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/1994 e n. 293/1994.*

_____. *Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS. Brasília (DF); 2016; 3ª Edição.*

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS. *Site do conselho: <http://www.cress-mg.org.br/>.*

SILVA, Sergio Vital e; NIERO, José Carlos Coelho; MAZZALI, Leonel. *O Planejamento Estratégico Situacional no Setor Público – A Contribuição de Carlos Matus. In: XII Seminários em Administração – SEMEAD. São Paulo, 2009. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/473.pdf> Acesso em: 27 junho 2016.*

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Trad. Sérgio Lamarão. 3. ed. revis. ampl. Rio de Janeiro: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2007.*

DOCUMENTO ESPECIAL CRESS-MG

